

Os empresários e a educação superior*

de José Rodrigues

por Danilo Enrico Martuscelli**

Neste livro, José Rodrigues apresenta os pontos de unidade e conflito existentes no seio da burguesia no que se refere à política de educação superior no Brasil. Para o autor, há um interesse comum que une os interesses das distintas frações que compõem o bloco dominante: o de integrar, de modo mais incisivo, a educação superior ao processo de valorização do capital, cuja resultante seria a transformação da educação em mercadoria.

No entanto, como observa Rodrigues, não é apenas sob o prisma dessa unidade que as classes dominantes procuram satisfazer seus interesses no âmbito da educação superior, uma vez que há conflitos específicos que dividem a burguesia em frações de classe. No debate público, isso tem se manifestado através de dois modos distintos de conceber a educação escolar: de um lado, ao buscar se valorizar, o capital recorre à venda de serviços educacionais, tratando “a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional” (p. 6); de outro lado, o capital busca se valorizar concebendo a educação e o conhecimento como “insumos necessários à produção de outras mercadorias” (p.6). No primeiro caso, a referência é feita ao capital comercial investido em educação que defende a “liberdade de ensino” e combate o controle estatal sobre a educação, contribuindo para a configuração da denominada forma “educação-mercadoria”; no segundo, há a remissão ao capital industrial que tem interesse em subsumir a educação superior às necessidades do processo produtivo, apoiando a ação estatal de fornecimento qualificado de “mercadoria-educação” ou de “agência reguladora”.

Para a análise da “nova burguesia de serviços”, Rodrigues toma como referência os documentos elaborados pelo Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, composto por 25 entidades, entre as quais se destaca a Associação

* Campinas, Ed. Autores Associados, 2007.

** Doutorando em Ciência Política (Unicamp).

Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES). Em relação à grande burguesia industrial, o autor toma como referência as reivindicações apresentadas pela Confederação Nacional da Industrial (CNI).

Cabe destacar que Rodrigues não toma como pressuposto apenas as iniciativas dessas entidades para demonstrar a sua relevância sobre o debate atual sobre a política de educação superior, mas procura demonstrar os efeitos pertinentes dessas iniciativas e propostas sobre a política estatal, em especial, o anteprojeto de reforma universitária encaminhado pelo governo Lula. Isso lhe permite não só evidenciar as fissuras intestinas entre as frações burguesas na luta por uma política de educação superior que se adeque melhor aos seus interesses de fração de classe, como também ajuda-nos a entender a dinâmica complexa desse processo que envolve relações de dominação e subordinação nas relações estabelecidas entre as frações burguesas. Dessa maneira, poderíamos dizer que a articulação entre iniciativas políticas e resultado da política estatal de educação superior, realizada por Rodrigues, é de grande importância analítica, uma vez que conduz a sua reflexão a não se enquadrar num tipo de análise formalista que se vale de documentos sem procurar observar a incidência política das propostas, como também a não se adequar aos estudos que tendem à supressão da dinâmica conflitiva do processo, pautando-se apenas nos seus resultados e descurando das iniciativas.

No tocante à reforma universitária do governo Lula, José Rodrigues salienta que o anteprojeto além de estar integrado ao processo de valorização do capital, prioriza os interesses da burguesia industrial, subsumindo, assim, a política de educação superior às necessidades do processo produtivo.

Poder-se-ia indicar que um dos grandes deméritos dessa importante contribuição para o debate acadêmico e político sobre a educação superior é de dispor de dados e argumentos bastante conjunturais, o que denotaria uma natureza supérflua e perecível do texto. No entanto, consideramos ser mais oportuno, tomar as reflexões apresentadas por Rodrigues como um conjunto de idéias e argumentos que se mostra vivo e atento à dinâmica complexa do fenômeno em questão. No Brasil, poucos são os estudos que procuram tematizar a relação entre os interesses das classes e frações dominantes e a política de ensino superior. Aprender a existência desses interesses diversos, assim como as relações conflituosas que os permeiam, é tarefa de suma importância para aqueles e aquelas que desejam compreender o quadro difícil com que as universidades brasileiras se deparam. Tais universidades têm sido vítima de uma política estatal voltada para a valorização do capital, o que tem levado o governo a reduzir investimentos em educação superior e agir menos como financiador direto e mais como regulador de parcerias como as existentes, e em ascensão, entre o

setor público (as universidades) e o setor privado (grandes empresas). Além disso, tem sido colocado em prática uma política que procura alinhar toda a produção acadêmica, ou grande parte dela, às políticas de desenvolvimento, o que torna imperativo a elaboração de pesquisas aplicadas em detrimento das pesquisas de caráter teórico ou não-funcionais à iniciativa privada.

Um aspecto não trabalhado pelo autor deveria ser objeto de atenção dos estudiosos da política de educação superior no Brasil: a relação entre o capital bancário-financeiro nacional e internacional e a educação superior. A política neoliberal implementada pelos governos neoliberais brasileiros assegurou a hegemonia política do capital financeiro no país. Tal hegemonia parece não se exercer apenas nos centros de decisão do aparelho de Estado mais voltados à acumulação de capital, afetando também os níveis que atendem à dinâmica de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, seria inadequado ignorar a projeção desse capital sobre a política educacional, em especial a voltada para a educação superior.

Essa relação tem se manifestado através de diversos tipos intervenção dos bancos nas universidades: seja para fornecer empréstimos para universidades que passam por crise financeira, seja para oferecer pacote de bolsas de estudos em centros de excelência acadêmica, seja para equipar a infra-estrutura de alguns centros universitários através, por exemplo, de salas de informática. O ingresso de alguns estabelecimentos de educação privada no mercado de capitais e os vultuosos lucros obtidos por seus acionistas-proprietários nessas aplicações financeiras também estão produzindo (e produzirão) impactos sobre a estrutura de educação no país. Outro aspecto a ser destacado é a crescente participação do capital estrangeiro sobre o sistema de universidades e faculdades no país, o que pode significar um processo ainda mais amplo de dependência tecnológica e científica do Brasil em relação às formações sociais imperialistas.

Esses breves comentários críticos estão longe de anular a importância política e intelectual do livro de José Rodrigues que seguramente constitui uma referência de suma importância para a compreensão (e combate) da nefasta política estatal aplicada à educação superior no Brasil.